

A fome é uma decisão política e corporativa

Ladislau Dowbor
18 de fevereiro de 2022

Vivemos em um país que produz muito alimento e tem muita gente passando fome. Para além do escândalo ético, isso é uma aberração em termos de organização econômica e social. No plano moral e ético, beira o criminoso: são 19 milhões de pessoas passando fome, das quais 25% são crianças, enquanto exportamos e produzimos mais de três quilos só de grãos, por pessoa e por dia. Começo essa reflexão pela parte ética porque é a indignação que nos mobiliza, e parece que na Academia nós devemos de manter certa aparência de neutralidade. A fome não admite neutralidade e, em termos jurídicos, considerando a nossa Constituição, um governo não tomar nenhuma medida para assegurar o acesso básico à alimentação da população, quando os alimentos existem e em abundância, é no mínimo prevaricação. Não há argumentos quando crianças morrem de fome.

Um mecanismo perverso

Durante sete anos, eu trabalhei como consultor das Nações Unidas na África, e conheci países onde realmente era preciso “tirar leite de pedra”. Não é o caso do Brasil. Poucos entendem a dimensão do PIB brasileiro, até porque são somas muito grandes: 7,5 trilhões de reais não cabem na nossa imaginação. Mas a conta é simples: dividir o PIB, valor dos bens e serviços produzidos anualmente pelo país, pela população, mostra que o Brasil produz o equivalente a 11 mil reais por mês, por família de quatro pessoas. Uma soma que, não fosse a brutal concentração de renda que temos, permitiria a todos uma vida digna e confortável. Bastaria uma redução moderada da nossa desigualdade para assegurar que as pessoas vivam bem. O problema central do Brasil, estruturante, não é econômico. É um problema de organização política e social. E não há democracia que funcione com o grau de desigualdade que temos. Isso é uma farsa democrática.¹

Um segundo ponto: os recursos no Brasil são apropriados por uma minoria de acionistas, banqueiros, gestores de ativos, intermediários financeiros de diversos tipos, gerando e reproduzindo a desigualdade. A Forbes publica o detalhe das fortunas dos 315 bilionários do país. Em cerca de 10 páginas temos o acesso às formas como é canalizada a riqueza do país. Na maioria, não são produtores, são manipuladores de papéis financeiros, que chamam de “investimentos” quando na realidade trata-se de aplicações financeiras. São os mesmos grupos que canalizam grandes somas para paraísos fiscais, para não pagar impostos. Esse sistema financeiro está drenando a economia.²

¹ A simplificação dos 11 mil reais por mês por família de 4 pessoas assegura ordens de grandeza. Podemos utilizar a Renda Nacional Líquida em vez do PIB, e seguir as ótimas recomendações do Stiglitz Report sobre contas nacionais, e fazer outros ajustes. Mas a realidade básica é que não faltam recursos. Ver a nota técnica *Além do PIB: medir o que importa* em <https://dowbor.org/2021/02/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html>

² Tratamos esses mecanismos em detalhe no livro *A Era do Capital Improdutivo*, em particular no capítulo 12 - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>

Outro ponto essencial é que essa forma de organização da economia, em que o dinheiro vai para intermediários financeiros, gerando mais aplicações financeiras improdutivas ou escorrendo para paraísos fiscais, em vez de ser reinvestido nos processos produtivos, gerando produtos, empregos e impostos, não resulta de leis econômicas. São opções políticas e sociais, que resultam de interesses organizados. As narrativas que encontramos nas teorias econômicas, de que se trata de mecanismos impessoais, “os mercados”, constituem uma farsa científica. Com que tranquilidade os nossos manuais repetem a bobagem de Milton Friedmann, de meio século atrás, de “*the business of business is business*”, como se as atividades corporativas não precisassem levar em conta os impactos econômicos, sociais e ambientais das suas atividades!

Sabemos perfeitamente como tirar a população da fome e da miséria. O *New Deal* nos Estados Unidos permitiu, depois da crise de 1929, lascar um imposto sobre fortunas financeiras com alíquota de acima de 90%, e, com isso, financiou iniciativas na base da sociedade, apoio financeiro à população mais pobre, dinamização de infraestruturas em todos os municípios do país. Ele tinha uma equipe que distribuía isso. Uma imensa iniciativa, uma opção política, um pacto. Dinamizou o consumo da base da sociedade, o que permitiu que as empresas voltassem a vender e também a empregar, e tanto os impostos sobre o consumo como os impostos sobre o processo produtivo geraram recursos para o Estado, e o dinheiro investido retornou.

Roosevelt assumiu que o dinheiro tem que servir para o que seja útil, e não só para encher o bolso de grupos financeiros. Essa visão do pacto é importante. É assim que funcionou a reconstrução da Europa nos 30 anos de ouro do pós-guerra, o chamado estado de bem-estar. Foram os grupos financeiros no nível internacional que quebraram os 30 anos de ouro e a partir dos anos 1980 entramos no sistema atual, esses 40 anos de neoliberalismo, uma farrá financeira que levou a que 1% dos mais ricos tenham mais do que os 99% seguintes. Portanto, não só temos os recursos, como sabemos o que deve ser feito. O Brasil não tinha saído do mapa da fome em 2012? Foram opções políticas, formas modernas de alocação de recursos em função da sua utilidade social.

Temos os dados, temos os recursos financeiros necessários, temos as tecnologias necessárias, temos até a produção de alimentos em quantidades imensas, e temos o escândalo da fome. Não são mecanismos econômicos, são opções políticas, articuladas com interesses corporativos. No sistema que se apropriou do país, temos um ministro da economia que diz que não pode gastar porque é ‘responsável’, como se fosse uma dignidade, enquanto os recursos necessários ao bem-estar das famílias são apropriados por intermediários financeiros, e o alimento é exportado em vez de alimentar a população. A mídia comercial, que vive da publicidade dos mesmos grupos, justifica a farsa.

Para reduzir o déficit é preciso dinamizar a economia pela base, o que permite que venham mais recursos para o estado. Trata-se de aumentar as entradas ao invés de reduzir as saídas. A empresa produtiva, para produzir, precisa de gente com dinheiro para ter para quem vender e de crédito barato para poder financiar produção. Isso vale para a China, para o Brasil e para qualquer país. No Brasil as empresas produtivas não têm nem uma coisa, nem outra. E temos 62 milhões de adultos no Brasil que estão atolados nas dívidas, dos quais 25% em bancarrota.

Apropriação dos recursos

Não se pode desenvolver uma economia pagando juros que vão na faixa de 40, 50, 100%. O Banco Central apresenta os dados do rotativo no cartão, 349% ao ano. No Canadá é 11% ao ano. É agiotagem, usura. Na França, o crédito para pessoa física está na ordem de 3,5% ao ano. O BCB apresentou em 28 de janeiro 2022 a taxa média de juros no crédito livre: a média é 45% para pessoa física e 20% para pessoa jurídica. Isso aqui é um dreno. Como ordem de grandeza, esse dreno é da ordem de 15% do PIB, um trilhão de reais. Apenas 10%, quando muito, voltam para o processo produtivo. Não à toa a economia está parada há 8 anos.³

Os recursos são drenados pela evasão fiscal, migram para paraísos fiscais, alimentam sistemas especulativos. Os únicos setores que estão funcionando no Brasil, que estão dando dinheiro, são por um lado o setor financeiro, envolvendo não só bancos, como holdings, grandes lojas de crediário, gestores de ativos (*asset management*) e semelhantes; por outro lado, são os grandes exportadores de bens primários, petróleo, minério, madeira, soja, carne e semelhantes, aqui gigantes financeiros de intermediação de commodities como a BlackRock. Esses dois grupos drenam recursos financeiros e recursos naturais. O país está se desindustrializando, pois rende mais fazer aplicações financeiras do que produzir, ainda mais quando a população está sem dinheiro e o juro para financiar a produção é absurdo.

O Brasil está vazando por todo lado em proveito desses grandes grupos corporativos. Nós temos um ministro que esconde 8,7 milhões de dólares com um nome fictício (*Dreadnaught*) em paraíso fiscal. Temos a mesma coisa com o presidente do Banco Central. Nos dizem que temos que ter confiança na economia. Eles, por via das dúvidas, colocam o dinheiro deles em nomes fictícios em paraísos fiscais.

O eixo estruturante dos dramas econômicos que sofremos e em particular da tragédia da fome, é a desigualdade, baseada nesse dreno gigante financeiro. Continuamos a chamar isso de capitalismo, mas o sistema mudou. O capitalismo tradicional era centrado no capital produtivo. Um fabricante de sapatos, por exemplo, pode ser criticado por explorar o trabalhador, mas para isso pelo menos ele tem que gerar um emprego. E também produzia sapatos, o que é útil, e pagava impostos, o que permitia ao Estado gerar infraestruturas e políticas sociais, essenciais tanto para as empresas como para as famílias. Hoje uma pessoa que paga 100 reais em uma papelaria com o cartão, na modalidade 'crédito', está contribuindo com cerca de 5% para os bancos. São 5% sobre dezenas de milhões de operações diárias com o cartão. Na modalidade débito será cerca de 2,5%. Permite drenar recursos, por meio da intermediação financeira e outros mecanismos, sem precisar gerar emprego nem produtos. E quanto aos impostos, desde 1995 lucros e dividendos distribuídos são isentos. Quem paga somos nós.

O dinheiro hoje é essencialmente imaterial. 97% da chamada liquidez é dinheiro imaterial. Essas notas impressas pelo governo, isso, na minha idade, eu ainda uso, mas isso não está mais na moda. Como tudo passa pelos bancos, eles drenam porcentagens.

³ A exploração por meio de juros, para os bancos e outros intermediários (crediários em particular), funciona melhor do que a exploração salarial: não exige gerar empregos, nem produção, apenas controle online. Em particular, as pessoas não entendem os mecanismos e é fácil torná-los permanentemente endividados. Para os números acima, ver *Estatísticas Monetárias e de Crédito* – BCB – 28 janeiro de 2022 - <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicomonetariascredito>. Para detalhes sobre os juros cobrados nos mercados ver ANEFAC (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis - https://www.anefac.org/files/ugd/bed087_91531ab6f6f24849aaada3fe439441fa.pdf

Para eles, não precisa ir atrás de um pobre e tirar 10 reais do bolso dele, porque é difícil. Basta colocar uma pequena tarifa de por exemplo 12 reais sobre 18 milhões de donos de cartão, apertar Enter, e são 12 vezes 18 milhões que entram no caixa. O sistema mudou. O dinheiro é apenas um sinal magnético. O sinal magnético roda na internet. Temos um sistema financeiro que se tornou global, enquanto os governos e os bancos centrais são nacionais. Isso não está funcionando. Gera-se um dreno sobre a economia. Internacionalmente tem sido chamado de financeirização, de *extractive capitalism*, de *capitalismo parasitário*, mas um fato básico é que trava a economia em vez de fomentá-la.

Esse dreno da economia paralisa a demanda das famílias, o que reduz o emprego, e tanto o travamento do consumo como das atividades empresariais reduzem as receitas do Estado. O resultado é que a economia está estagnada desde 2014, quando se deram os grandes ataques à Petrobrás, a paralisia da Odebrecht e de outras grandes empresas responsáveis pela infraestrutura do país no quadro da Operação Lava Jato, somadas à guerra eleitoral e à preparação do golpe contra o governo Dilma Rousseff.

O fato é que estamos no nono ano de economia parada, com um déficit explosivo, explicitando o óbvio: não se governa um país como uma dona de casa governa uma casa. Não atingimos “equilíbrio fiscal do Estado” reduzindo investimentos, como obriga a política do Teto de Gastos, implementada em dezembro de 2016, pelo governo Temer. O que precisamos para garantir o desenvolvimento econômico é aumentar as entradas, dinamizar a economia pela base, e para isso é preciso investimento do Estado. E na fase Dilma, com Guido Mantega, o déficit foi muito moderado, em nível perfeitamente europeu. A revista Forbes apresenta a evolução das fortunas dos bilionários do Brasil. Apenas 42 desses bilionários (em dólares), em plena pandemia, entre 18 de março e 12 de julho 2020, aumentaram suas fortunas em 180 bilhões de reais. Já eram bilionários. Aumentaram suas fortunas em 180 bilhões de reais em quatro meses, em plena pandemia, com a economia caindo, o equivalente a seis anos de Bolsa Família. E são rendimentos isentos de impostos.

Esse é o tamanho do dreno. O país está paralisado às custas da população, do investimento empresarial, das políticas públicas. É um potencial econômico do país, represado por falta de políticas adequadas. Enfrentamos a subutilização da mão de obra, do solo agrícola, do capital, do potencial científico. E não há mistério quanto aos caminhos, já experimentados na fase dinâmica de 2003 a 2013. Basicamente trata-se de orientar a economia para o bem-estar da população. Se repassamos dinheiro para a base da sociedade, assegurando uma renda básica, elevação do salário mínimo e a ampliação das políticas sociais, reduzimos a miséria e a fome, e criamos demanda para os produtores. As famílias na base da sociedade precisam de um mínimo de estabilidade e de segurança, saber com que recursos complementares poderão contar, em vez das oscilações eleitoreiras que passaram a predominar.

Assegurar uma renda mínima de 200 reais por mês, para 150 milhões de adultos, custaria 4,8% do PIB. A evasão fiscal no Brasil, essencialmente praticada pelos ricos, também custa muito mais aos cofres públicos. É uma questão de prioridade. Com dois adultos por família, seria possível assegurar 400 reais mensais para pelo menos comprar comida. Nós temos os recursos, temos as tecnologias, sabemos o que deve ser feito. A fome e o conjunto dos vetores de desigualdade que se manifestam no Brasil não são problemas econômicos, mas de organização política e social. A existência ou não da fome no Brasil é uma decisão política.

A produção da fome

A compreensão desse contexto é importante para entender a volta da fome no Brasil, e em dimensões tão dramáticas. Como vimos, no Brasil de 2022, apenas dois setores da economia são dinâmicos: a intermediação financeira, nas suas diferentes modalidades, e a exportação de bens primários, que constitui em grande parte uma descapitalização do país em proveito dos grupos de intermediação de commodities. A explosão radical da fome e da insegurança alimentar está diretamente ligada a ambos: a apropriação dos recursos pelos grupos financeiros reduz a capacidade de compra da população, que não tem como pagar os alimentos, e a exportação dos alimentos pela agroindústria gera uma escassez no mercado interno e a subida descontrolada de preços. A política econômica se desvinculou dos interesses da nação.

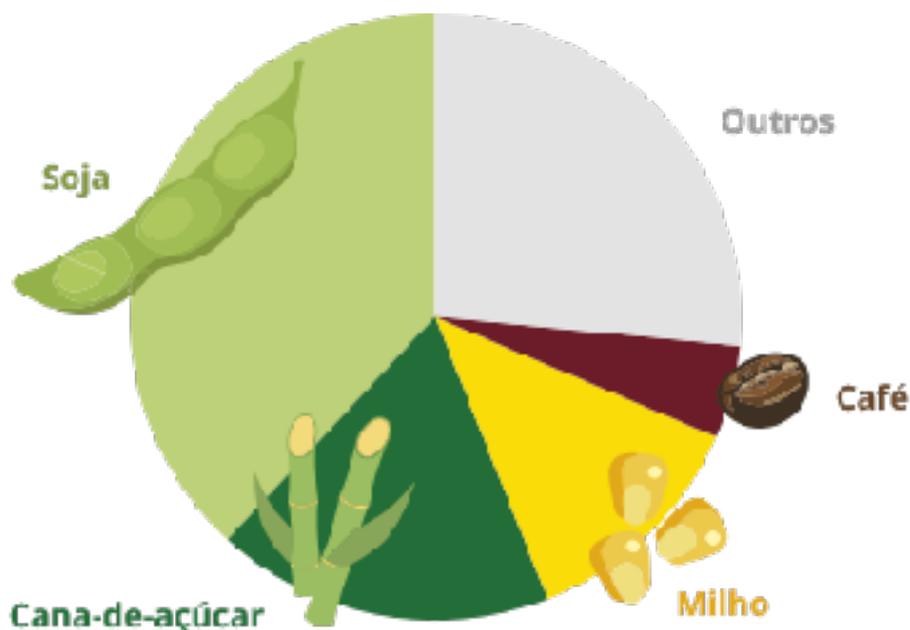
Na era do controle dos principais produtos agrícolas por grandes *traders* de commodities, a lógica é a do lucro. Deixaram desvalorizar o real, o que favorece a exportação relativamente ao mercado interno. Em 2010, por exemplo, um dólar de produto exportado revertia em 2,5 reais para o exportador. Hoje, com um dólar de exportação, ganha 5,5 reais. Praticamente dobrou o interesse em exportar. Mas desde 1996, com a Lei Kandir, a produção para exportação é isenta de impostos. “Exportar é o que importa”, é o que proclamavam na época. Em outros termos, produzir alimentos para a população do país era taxado, mas não quando era para exportação. Esse sistema que perdura reforça ainda mais a deformação gerada pelo câmbio. Acrescente-se a isso a fragilização da capacidade de compra da população, e a subida de preços, e temos a crise completa.

No Brasil, considerando os volumes de alimentos produzidos e a quantidade de terra disponível, o processo é aberrante, mas ativamente sustentado por um governo determinado a “passar a boiada” por cima do povo. Caroline Oliveira, no Brasil de Fato, mostra como se trata de uma política: “Bovinocultura e soja foram as atividades mais financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 2020, somando 59,9% dos recursos, seguidos pela produção de milho (14,4%). Enquanto isso, para a produção de arroz e feijão foram destinados apenas 2,53% dos recursos do Pronaf Custeio Geral.”⁴

O IBGE, no gráfico abaixo, escancara as prioridades da agricultura brasileira: “Soja é a lavoura com maior valor de produção do Brasil, seguido de cana-de-açúcar, milho e café.”⁵ Produtos que alimentam como feijão e arroz estão entre os “outros”:

⁴ Os dados são do estudo Análise do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, elaborado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social em parceria com o Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, 17 de dezembro de 2021 - <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/17/produtor-familiar-de-arroz-e-feijao-recebeu-2-5-de-recursos-do-pronaf-soja-recebeu-26>

⁵ IBGE – Censo Agropecuário de 2017 - Fonte: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html



Fonte: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html

É importante salientar que a desnutrição das crianças, atingindo milhões no Brasil, além do drama humano, terá impacto estrutural e de longo prazo: “A desnutrição está associada à maior recorrência de doenças infecciosas, prejuízos no desenvolvimento psicomotor, menor aproveitamento escolar e menor capacidade produtiva na vida adulta. Adultos que foram desnutridos quando crianças apresentam mais riscos de desenvolverem doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade.”⁶

A deformação é planetária, ainda que no Brasil tivesse atingido proporções aberrantes. O UNFSS (U.N. Food Systems Summit) de 2021 levou ao comentário seguinte da organização *FoodSystems*: “Os sistemas industriais de alimentos, as cadeias globais de abastecimento e o crescente controle corporativo da governança de alimentos são responsáveis pelas ameaças existenciais inextricavelmente interconectadas que enfrentam as nossas populações e o planeta, inclusive a crise climática, o desmatamento, a perda de biodiversidade, a degradação da terra e dos oceanos, a poluição do ar e da água, a fome, a marginalização, e inúmeras violações de direitos humanos. Um modelo de desenvolvimento extrativista centrado no controle corporativo dos recursos, dos debates das políticas, e dos processos de regulação produziu um sistema global de alimentos, que mais recentemente deixou dois bilhões de pessoas em subnutrição e indigência. Além disso, os produtos industriais ultra-processados causam malnutrição, doenças não-transmissíveis ligados à dieta, e obesidade.”⁷

⁶ Ariel Bentes e Carolina Cerqueira - *Desnutrição infantil: um problema para toda a vida* – Nexo, 2 de fevereiro de 2022 - https://www.nexojournal.com.br/explicado/2022/02/02/Desnutri%C3%A7%C3%A3o-infantil-um-problema-para-a-vida-toda?posicao-home-esquerda=2&utm_medium=Email&utm_campaign=NLDurmaComEssa&utm_source=nexoassinantes

⁷ UNFSS – UM Food Systems Summit 2021 - <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/09/Declaration-EN-2.pdf>

Os dados são dramáticos, e vão muito além da fome. Uma olhada nos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que a indústria do cigarro gera 8,2 milhões de mortes antecipadas, 7 por usuários e 1,2 milhão por exposição passiva. A contaminação do ar, ligada às opções energéticas e outras, leva a 4,2 milhões de mortes por ano, a poluição da água outros 3,6 milhões. A obesidade mata cerca de 5 milhões de pessoas, e gera perda de qualidade de vida de centenas de milhões. O câncer mata cerca de 10 milhões de pessoas, em grande parte resultante do cigarro mas também dos agrotóxicos e de tanta química descontrolada. As empresas que causam essas mortes conhecem perfeitamente os números, e as causas. Mas a prioridade é obter mais lucros e dividendos para os acionistas, grandes grupos financeiros. Todos eles assinam os princípios de ESG. Lembra quantos anos já leva e que batalha para tirar o chumbo dos combustíveis? Ou para as empresas de tabaco reconhecerem que sabiam da ligação do cigarro com câncer? Os que contaminam a água e os alimentos com agrotóxicos são desinformados?

Trata-se de um sistema planetário que reflete, para muitos países, a reprodução, em pleno século XXI e com tecnologias muito mais avançadas – tanto de produção como de comercialização, transporte e dreno financeiro – do que tem sido corretamente qualificado de tecno-feudalismo, de neocolonialismo, ou ainda de capitalismo extrativo. No essencial, gerou-se uma estrutura planetária de exploração corporativa, com os gigantes financeiros, como BlackRock, Bunge, Glencore e semelhantes orquestrando o conjunto. No plano global, é importante constatar que três grupos privados gestores de ativos (*asset management*), portanto intermediários financeiros e não produtores, gerem US\$19 trilhões, o equivalente ao PIB dos Estados Unidos.⁸

Poder econômico deste porte se transforma em poder político. Robert Reich, que foi ministro do trabalho de Clinton, diz o essencial: “Já em 2012, mais de 40% de todo o dinheiro gasto nas eleições federais veio dos mais ricos entre os mais ricos – não o 1% do topo, nem mesmo do décimo deste 1%, mas do topo do 1% do 1%.”⁹ No Brasil, banqueiros estão no controle direto do Ministério da Economia e do Banco Central. O Ministério da Agricultura está na mão de agroexportadores.

Nesse sistema internacional, profundamente articulado com interesses nacionais tanto do agro como dos importadores de insumos, exportadores de madeira e o próprio governo central, o Brasil passa a ser simplesmente drenado. O resgate do bom-senso econômico e a volta ao Brasil sem fome implica, portanto, não só políticas internas adequadas, como o resgate da soberania que perdemos com o golpe. A fome no Brasil não é um acidente, é uma política.¹⁰

⁸ “Computers run investment portfolios offering cheap “exchange-traded funds” that automatically track indices of shares and bonds. This has been so successful that the big three – US firms BlackRock, Vanguard and State Street – now manage \$19tn in assets, roughly a tenth of the world’s quoted securities...Markets are supposed to allocate capital efficiently. They plainly do not.” – The Guardian – March 21, 2021 - <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/mar/21/the-guardian-view-on-finance-failures-manmade-errors-amplified-by-machines>

⁹ Robert Reich - *Beware of this deadly mix: oligarchic economics and racist, nationalist populism* – The Guardian, Feb 13, 2022 - “As early as 2012, more than 40% of all money spent in federal elections came from the wealthiest of the wealthiest – not the top 1% or even the top tenth of the 1%, but from the top 1% of the 1%.” - <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/feb/13/us-republicans-oligarchs-economics-nationalism>

Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP, consultor de várias agências da ONU. Seus trabalhos estão disponíveis no site <http://dowbor.org>, de forma gratuita (Creative Commons). Contato ldowbor@gmail.com